

# NOTAS PARA UMA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA PERIFERIA: CONTRIBUIÇÕES E LIMITES DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Elizeu Serra de Araujo\*

Niemeyer Almeida Filho\*\*

**Resumo.** O trabalho discute o alcance da contribuição da teoria da dependência para uma teoria do desenvolvimento capitalista em formações sociais periféricas. A partir do exame das versões formuladas por Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini, conclui-se que, não obstante ter aportado alguns elementos nessa direção, a teoria da dependência não pôde ir adiante, uma vez que, ao tomar a inserção externa como eixo de investigação, relegou a segundo plano o exame do desenvolvimento do modo capitalista de produção nas referidas formações sociais.

## Introdução

O fracasso das políticas econômicas inspiradas no neoliberalismo em produzir resultados, para os países periféricos, que não sejam a instável estabilização monetária vem fazendo com que o tema do desenvolvimento capitalista em condições de dependência volte a ter a importância que teve nos anos 60. Diversos trabalhos sobre o tema, tais como Fiori (1995), Goldenstein (1994) e outros, vêm destacando a necessidade de se discutir novamente a problemática que esteve no centro das principais contribuições teóricas daquele período. Entre essas contribuições, a teoria da dependência figura como uma das mais importantes.

O objeto de estudo da teoria da dependência é, *grosso modo*, a influência da inserção dependente dos países da periferia do sistema capitalista mundial sobre o seu padrão de desenvolvimento capitalista. A amplitude do objeto, entretanto, tem levado a que a teoria da dependência tenha sido lida de diferentes maneiras. Neste trabalho, propomos reavaliar o alcance de sua interpretação do desenvolvimento capitalista em formações sociais periféricas. Consideramos que essa foi a preocupação central de seus formuladores. Se em Fernando Henrique Cardoso o objeto é explicitamente colocado em termos da especificidade da instauração do modo de produção capitalista (MPC) em formações periféricas, em Ruy Mauro Marini o campo de preocupações é constituído pelas tendências que o desenvolvimento capitalista evidencia em economias historicamente subordinadas ao mercado mundial.

Desse modo, é inteiramente razoável que nos indaguemos acerca do alcance dessas versões da teoria em termos da representação que oferecem do desenvolvimento latino-americano enquanto processo de desenvolvimento capitalista. Até que ponto o instrumental teórico construído pelos dependentistas é capaz de explicar adequadamente os momentos fundamentais da constituição e desenvolvimento do capitalismo na América Latina e, dessa maneira, auxiliar na explicitação de suas principais tendências?

A primeira parte deste trabalho procura reconstruir os passos que levaram ao surgimento, em meados dos anos 60, da teoria da dependência, e busca identificar os elementos diferenciadores dessa interpretação. A segunda parte expõe os aspectos centrais das versões de Cardoso e Marini. A terceira parte trata de suas contribuições e limites em termos da construção de uma teoria do desenvolvimento capitalista em formações sociais periféricas.

## **1. A emergência da teoria da dependência**

O aparecimento da teoria da dependência resulta, em grande medida, de uma insatisfação com a teoria do desenvolvimento construída no pós-guerra, seja em sua vertente mais ortodoxa, seja na estruturalista. A primeira dessas vertentes articula-se em torno de dois eixos básicos: (1) o subdesenvolvimento como sinônimo de *atraso*, de *ausência de desenvolvimento*; (2) o desenvolvimento como um processo de *modernização*, ou seja, como a transição da sociedade tradicional à sociedade moderna. Está claro que a noção de atraso exige a contraposição a um padrão de referência, no caso os países capitalistas avançados (Blomström e Hettne, 1984). A superação do atraso dependeria da adoção de um conjunto de medidas capazes de assegurar a racionalização das estruturas econômicas, sócio-políticas e culturais, nos moldes das sociedades ocidentais (cf. Santos, 1998).

A cristalização da perspectiva evolucionista-modernizante foi o trabalho de W. W. Rostow, *The stages of economic growth* (1959). Se bem que nem todos os formuladores da teoria do desenvolvimento subscrevessem explicitamente a tese rostowiana, a idéia básica está presente na maioria deles. Há um padrão “normal” de desenvolvimento capitalista. O subdesenvolvimento não existe enquanto realidade distinta, correspondendo a uma etapa prévia ao desenvolvimento. Não constitui, portanto, um objeto teórico definido (cf. Marini, 1992).

Os trabalhos iniciais da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) representam uma tentativa de incorporar à discussão sobre desenvolvimento as especificidades da América Latina. Para os cepalinos, o subdesenvolvimento – cujo tratamento é remetido para o âmbito do sistema “centro-periferia” – não é um mero estado de atraso, mas uma condição estrutural dos países periféricos, ou seja, é produto da conformação de estruturas econômicas distintas daquelas vigentes nos países centrais, notadamente em termos de geração e absorção de progresso técnico. Portanto, nenhuma estratégia de superação do subdesenvolvimento poderia passar ao largo da transformação dessas estruturas.

Observam-se desde logo diferenças importantes face ao pensamento descrito anteriormente. No entanto, há fortes razões para se afirmar que a CEPAL se inscreve no quadro mais amplo da teoria convencional do desenvolvimento. Mencionemos duas delas: (a) o desenvolvimento capitalista nos países centrais é tomado como paradigmático; (b) a superação do subdesenvolvimento depende do cumprimento de determinados requisitos – o que evidencia que, se a CEPAL consegue ir um pouco mais além da teoria convencional do desenvolvimento, não toca em questões fundamentais como a dominação imperialista e a dominação de classe no seio das sociedades periféricas, tudo isso mostrando a incapacidade desse pensamento de apreender a natureza capitalista do desenvolvimento latino-americano.

A teoria do desenvolvimento, em qualquer de suas expressões, jamais considerou a coexistência de desenvolvimento e subdesenvolvimento como um resultado necessário do desenvolvimento capitalista em escala mundial. Do mesmo modo, a coexistência, no interior das formações sociais ditas subdesenvolvidas, de setores avançados e atrasados sempre foi considerada uma anomalia – captada equivocadamente através da noção de dualismo –, não um resultado necessário do desenvolvimento capitalista.

A função crítica da teoria da dependência evidenciou-se, portanto, na dupla direção assinalada: contra o viés eurocêntrico da teoria do desenvolvimento (a idéia de que a disseminação e consolidação do capitalismo na periferia seguiria um padrão universal, portanto reproduzindo a seqüência e os resultados do desenvolvimento dos países centrais), procurando resgatar a especificidade do desenvolvimento capitalista na América Latina; contra as ambigüidades da teoria cepalina do subdesenvolvimento, enfatizando a ligação estrutural existente entre este último e a expansão capitalista em escala mundial.

As implicações da crítica dos dependentistas são que: (a) é impossível a reprodução, na periferia, do modelo de desenvolvimento capitalista “clássico”, como pretendiam os teóricos da modernização; (b) é igualmente impossível a construção, na periferia, de um projeto de desenvolvimento capitalista nacional, como pretendiam os articuladores do pensamento cepalino. A opção histórica que restara à América Latina era, portanto, a de um desenvolvimento capitalista “associado” (Cardoso) ou “integrado” (Marini) a grupos externos. Ao pensamento crítico impunha-se a tarefa de elucidar as principais determinações dessa inserção e apontar as tendências gerais do modelo, notadamente as possibilidades de superação da dependência e, conforme a orientação do autor, do próprio modo de produção.

A discussão das ferramentas teóricas com que os dependentistas procurarão se desincumbir dessa tarefa será feita oportunamente. Cumpre, porém, adiantar os eixos básicos em torno dos quais se dá a sua tentativa de superação da teoria do desenvolvimento. É sobretudo com referência ao aspecto da dominação imperialista que a teoria da dependência busca superar a interpretação cepalina. Radicalizando a noção do sistema “centro-periferia”, os dependentistas estabelecem um dos elementos diferenciadores de sua interpretação: o *capitalismo mundial* é o ponto de partida necessário para o estudo do desenvolvimento capitalista na periferia. A expansão desse sistema é o que explica tanto a emergência como a reprodução do subdesenvolvimento. Para os teóricos da dependência, importava, então, demonstrar que a assimetria que caracterizava a relação entre os pólos do sistema era de natureza estrutural. Um segundo elemento é representado pela substituição da concepção de dependência “externa” (oposição nação/imperialismo) por um conceito que procurava incorporar o elemento *interno*, isto é, a estrutura de classes dos países dependentes, notando-se que essa reorientação da análise é fruto da maior complexidade observada nas sociedades latino-americanas em decorrência do avanço da industrialização (Zermeño, 1979). Pretendemos mostrar que, a partir desses elementos, os dependentistas darão alguns passos na direção de um paradigma alternativo, mas que a ruptura com o anterior não é definitiva. Por ora, pretendemos agregar alguns elementos relativos ao contexto histórico de surgimento da teoria da dependência.

Em meados da década de 60, consolidara-se, no âmbito do pensamento crítico latino-americano, a convicção de que o processo de industrialização em curso na região fracassara, seja do ponto de vista da autonomia decisória dos países que o levaram a cabo com maior intensidade, seja sob o aspecto da distribuição de seus

resultados. Essa avaliação, obviamente, tomava como referência as expectativas criadas pelos proponentes da estratégia de desenvolvimento adotada, cuja expressão, no plano político-ideológico, foi o nacional-desenvolvimentismo. A referida estratégia tinha como principal matriz teórica o pensamento da CEPAL.

Os eixos básicos da estratégia de desenvolvimento formulada pela instituição em seus primeiros tempos são os seguintes: (a) industrialização deliberada, pela via da substituição de importações; (b) redefinição das relações externas, incluindo temas como protecionismo, financiamento externo e integração regional; face a essas duas frentes de ação, (c) incremento da capacidade interna de decisão, traduzida no fortalecimento do Estado. Considerava-se que essas iniciativas seriam decisivas para a superação dos problemas que vinham marcando a nova fase do desenvolvimento latino-americano, que, segundo a periodização histórica adotada pela CEPAL, é denominada de “desenvolvimento para dentro”, dada a importância que nela assume o mercado interno. A adoção da mencionada estratégia seria o meio eficaz não apenas para superar a dependência externa – e, assim, alterar a “condição periférica” responsável pela situação de subdesenvolvimento –, como também para obter a melhoria do “bem-estar mensurável das massas”.

A evolução posterior da região não confirmou a expectativa cepalina. Não obstante os êxitos da industrialização – por suposto, variáveis de país para país –, nem o desenvolvimento teve um caráter nacional e autônomo, nem os seus frutos (como diria Prebisch) chegaram à ampla maioria da população latino-americana. De fato, o contrário é o que se registrou na maioria dos casos. Com efeito: (1) em lugar de um desenvolvimento autônomo, o que se viu foi um aumento da vulnerabilidade externa e, de modo mais geral, da dependência; (2) em vez de uma participação mais ampla nos “frutos” do desenvolvimento, o que se verificou foi uma manifesta incapacidade de absorção da força de trabalho pelos setores ditos modernos, o aumento da concentração da renda e das desigualdades sociais.

Esse quadro terá fortes rebatimentos no pensamento cepalino. Diante da suposta “insuficiência dinâmica” das economias latino-americanas, a instituição articulará, no início dos anos sessenta, um discurso em favor das chamadas reformas estruturais. O real, porém, terminará atropelando essa tentativa de sobrevivência do desenvolvimentismo, afetando, por extensão, a hegemonia do pensamento cepalino. Conforme resumiu Marini: “A crise do desenvolvimentismo significou, para a CEPAL, a perda da posição privilegiada que alcançara em sua primeira década de

funcionamento, quando chegara a ser a agência ideológica por excelência da América Latina” (1992, p. 85).

Os trabalhos da escola da dependência constituem, portanto, uma crítica a um só tempo do projeto de desenvolvimento nacional e do principal corpo de pensamento que o sustentou. Com efeito, “foi a partir da constatação da inviabilidade desse projeto e da crítica à metodologia que lhe era subjacente que foram feitas as primeiras elaborações em torno do conceito de dependência” (Serra e Cardoso, 1980, p. 39).

Um segundo elemento fundamental para a emergência da teoria da dependência está associado às condições políticas necessárias à implementação da estratégia de desenvolvimento esboçada acima. A rigor, tal estratégia constituía a expressão do projeto das burguesias latino-americanas nas condições particulares do desenvolvimento capitalista pós-30 no subcontinente. Conquanto a CEPAL a expressasse como um projeto de desenvolvimento nacional, e portanto do interesse do conjunto da população – daí o caráter ideológico desse pensamento –, na verdade, o papel central dentro dela caberia à burguesia, em particular à sua fração industrial. Todavia, o caráter dito nacional do desenvolvimento seria a base para a montagem de alianças mais amplas. É o que a burguesia industrial tentará, no tocante ao proletariado industrial e às classes médias, em seu afã de, por um lado, fazer frente às condições adversas impostas pela divisão internacional do trabalho e, por outro, submeter as oligarquias tradicionais vinculadas ao modelo primário-exportador (cf. Marini, 1992, p. 79).

É nesse contexto que se coloca o apoio de parte importante da esquerda latino-americana – aquela constituída pelos partidos comunistas – à estratégia desenvolvimentista. A concepção dos PCs compreendia basicamente os seguintes pontos: (a) caracterização dos países latino-americanos como sociedades neocoloniais, na linha sugerida pela III Internacional; (b) existência, nesses países, de uma aliança entre o imperialismo e as classes dominantes tradicionais, capaz de bloquear o processo de industrialização; e (c) o caráter democrático-burguês, anti-feudal e antiimperialista da revolução latino-americana. Obviamente, estava pressuposta a existência de uma burguesia nacional capaz de liderar esse processo (cf. Marini, 1992). Não é possível discutir aqui as razões que levaram os comunistas a assumir tais teses. Basta dizer que, para todos os efeitos, terminaram-se alinhando às teses cepalinas no que diz respeito ao papel atribuído ao Estado e à burguesia no processo de industrialização.

Desse modo, a falência do nacional-desenvolvimentismo é também a falência da tese da revolução democrático-burguesa. A proliferação de regimes autoritários na América Latina – para a qual foi decisiva a atuação de suas classes dominantes –, com sua opção pela associação com o capital externo, jogou por terra as esperanças de construção de um modelo de desenvolvimento de caráter nacional, notadamente de um tipo que aliasse alguma preocupação distributiva. Assim, a disputa ideológica no interior da esquerda latino-americana – com a afirmação crescente, no seio dela, de uma fração revolucionária – é um segundo elemento decisivo para o surgimento da teoria da dependência (cf. Marini, 1992, pp. 85s).

## **2. A perspectiva da dependência: Cardoso e Marini**

Para os fins a que nos propomos neste trabalho, as versões da teoria da dependência formuladas por Cardoso e Marini são extremamente úteis, posto que esses são os autores que, a nosso ver, mais se ocuparam com a questão do desenvolvimento capitalista na América Latina.

A intenção da versão de Cardoso é, alegadamente, a construção de uma metodologia para a análise de situações concretas de dependência. Argumenta-se que as ciências sociais na América Latina, como regra, limitavam-se a reproduzir esquemas interpretativos aplicáveis a contextos históricos distintos, transpondo-os, sem as mediações necessárias, à realidade latino-americana. Cardoso, pelo contrário, dirá que a prioridade é a análise histórica, sem a qual seria impossível atingir o principal objetivo visado, qual seja, identificar as possibilidades e tendências do desenvolvimento capitalista em países periféricos específicos.

Os elementos fundamentais da metodologia “histórico-estrutural” proposta por Cardoso podem ser assim resumidos: (a) os processos de mudança estrutural devem ser explicados a partir da dinâmica social (a “dinâmica das relações de classe”) específica a cada país dependente; (b) tal dinâmica, que se desenvolve em um marco de relações econômicas determinado, toma forma em particulares estruturas de dominação; (c) por meio dessas estruturas, os grupos dominantes impõem seus interesses ao conjunto da sociedade, sofrendo, por sua vez, a resistência dos grupos que estão fora da aliança de classes no poder; (d) todo esse processo é sobredeterminado pelas relações que vinculam historicamente os países periféricos aos países centrais (Cardoso, 1972; Cardoso e Faletto, 1969, 1978). A adoção de tal

procedimento metodológico significa que a investigação deve partir de uma “situação concreta” e resultar numa “análise concreta” (Cardoso, 1972, p. 91), ao invés de tomar como ponto de partida categorias gerais, o que resultaria em análises abstratas, indeterminadas.

Em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Cardoso e Faletto tentam utilizar essa metodologia para explicar as mudanças na forma da dependência que têm lugar na região a partir dos processos de independência nacional. Três “situações de dependência” são identificadas, em conexão com as distintas fases do desenvolvimento capitalista, quais sejam: (1) expansão para fora; (2) consolidação do mercado interno; (3) internacionalização do mercado interno. Tomando em consideração as duas primeiras fases, a relação de dependência é distinta conforme o sistema produtivo seja controlado por grupos locais ou externos (caso das economias de enclave). A preocupação dos autores em todos esses casos é sempre a mesma: *examinar como economia e política se articulam internamente e como se dá a vinculação da periferia com a acumulação capitalista em nível global* (Cardoso e Faletto, 1978).

O interesse dos autores se concentra especialmente na terceira daquelas fases. Com efeito, é a partir dela que formulam sua tese característica acerca da compatibilidade entre dependência e desenvolvimento capitalista em certas áreas da periferia. O desenvolvimento – sinônimo de acumulação de capital, acompanhada de diferenciação do sistema produtivo (Cardoso, 1973, p. 122n) – teria lugar, nessa fase, mediante a associação da burguesia dos países latino-americanos com capitais externos, cumprindo a primeira um papel claramente subordinado no que toca à condução do processo. Para os autores, isso era a demonstração definitiva da inviabilidade do modelo de desenvolvimento capitalista autônomo. Adicionalmente, o fato de o novo impulso à industrialização da periferia estar associado à presença das empresas multinacionais demonstraria o equívoco daqueles que imaginavam que a expansão imperialista seria incompatível com o desenvolvimento da periferia. Em trabalhos posteriores, Cardoso denomina o modelo em questão de “desenvolvimento dependente-associado”, que envolveria, além dos capitais locais e externos, as empresas estatais.

As principais características do modelo podem ser condensadas nas duas proposições seguintes:

1. Conquanto se trate de um modelo de desenvolvimento concentrador e



excludente, sua viabilidade, do ponto de vista estritamente capitalista, está assegurada. De um lado, o dinamismo do processo é assegurado pelos impulsos expansivos das empresas multinacionais. De outro, as limitações de mercado não chegam a configurar um obstáculo à acumulação (nesse sentido, a adoção eventual de medidas redistributivas não constitui uma exigência do processo de acumulação de capital).

2. A dependência se reproduz, sob nova forma. Não se trata mais da barreira representada pela capacidade de importação de bens de capital – um obstáculo cuja importância se reduz com a internalização do Departamento I –, mas essencialmente do fato de que os segmentos dinâmicos desse departamento (aqueles ligados à produção de novas tecnologias) permanecem localizados nas economias centrais (Cardoso e Faletto, 1969; Cardoso, 1972).

A partir desse quadro, Cardoso discute a questão da superação da dependência. Como se deduz da metodologia acima exposta, o problema se reduz, por um lado, a identificar concretamente as “forças sociais” capazes de negar a situação de dependência que está por trás de um modelo de desenvolvimento capitalista com as características descritas (Cardoso, 1971); por outro, a caracterizar o marco estrutural em que se movem essas forças sociais e que delimita concretamente o seu raio de ação.

A versão de Marini constitui uma tentativa de, a partir das principais categorias constitutivas do modo de produção capitalista, desenvolver as leis de movimento específicas do que denomina de “capitalismo dependente”. A idéia básica é que, em seu processo histórico de desenvolvimento, o capitalismo deu origem a dois tipos claramente diferenciáveis de formação social: “clássica” e “dependente”. Segundo Marini, nesta última, “à raiz das condições mesmas de sua formação e desenvolvimento histórico”, as contradições inerentes à produção capitalista se apresentam de forma particularmente aguda (1978, p. 102). Trata-se, nesse sentido, de um capitalismo *sui generis*. Assim, enquanto Marx trata do MPC em sua forma “pura”, é necessário determinar as leis *específicas* das formações sociais dependentes (Marini, 1973).

Duas coisas devem ser notadas a propósito dessas leis de movimento: (1) elas não estão dadas de uma vez por todas: enquanto “no início do seu desenvolvimento, a economia dependente se encontra inteiramente subordinada à dinâmica da acumulação nos países industriais”, a situação se modifica quando a economia

dependente, com a constituição do seu setor industrial, se converte em centro produtor de capital; só então se manifestam plenamente nela suas leis de desenvolvimento (1973, pp. 84-5); (2) o processo pelo qual essas leis se impõem não é outro senão o processo de luta de classes; o ponto fundamental, no entanto, é o exame das condições materiais em que esta se dá (1978, p. 68).

Com vistas à especificação das leis de movimento das economias dependentes latino-americanas, Marini considera que não resta outro caminho senão partir da vinculação histórica dessas economias ao mercado mundial. Com efeito, este momento marcará de forma definitiva o desenvolvimento posterior da região (1973, p. 18). Se é certo que a inserção da América Latina é decisiva para a transição, nas economias centrais, ao modo de produção especificamente capitalista, fundado na produção da mais-valia relativa, tal inserção tem graves implicações para a periferia, uma vez que, a partir dela, se estabelecem mecanismos de *transferência de valor* desta para o centro, notadamente através do intercâmbio desigual. A partir daí, a exposição de Marini procura encadear o seguinte conjunto de fenômenos:

(i) a transferência de valor – mais precisamente, transferência de mais-valia – exige que as economias dependentes lancem mão de um “mecanismo de compensação”, a saber: o incremento da massa de valor intercambiado no comércio internacional;

(ii) para tanto, essas economias precisam recorrer a mecanismos que configuram uma *superexploração do trabalho*, quais sejam: prolongamento da jornada de trabalho, aumento da intensidade do trabalho e redução do consumo operário aquém de seu limite normal. Estamos, portanto, diante de um modo de acumulação baseado no aumento da exploração do trabalhador, ao contrário do capitalismo “clássico”, em que a acumulação se baseia predominantemente no desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalho;

(iii) a limitação do mercado interno que isso acarreta é, em princípio, contornada pelo fato de que a produção, desde o início, tem como destino o mercado mundial; portanto, ela se desenvolve sem consideração pelas condições em que se dá a reprodução da força de trabalho. Tal situação dá origem a uma cisão do consumo individual em uma esfera “alta”, correspondente ao consumo capitalista, atendido por importações, e uma esfera “baixa”, onde se inclui o consumo dos trabalhadores e que se baseia na produção interna;

(iv) o processo de industrialização não modifica essencialmente esse quadro: a

economia industrial dependente mantém o modelo da economia exportadora, estando a realização baseada em um esquema que compreende, além do mercado mundial, o consumo suntuário e o Estado (Marini, 1977b);

(v) de qualquer maneira, a persistência de dificuldades de realização explicaria a emergência, nos anos 60, do fenômeno do *subimperialismo*, isto é, a tendência à formação de subcentros econômicos e políticos subordinados ao imperialismo norte-americano, que tinham como lógica a conquista de mercados no âmbito da periferia (Marini, 1969, 1977a).

Ora, esse conjunto de fenômenos mostraria, por um lado, que a dependência se converteu em variável fundamental da reprodução capitalista em nível global (sendo sua expressão as transferências de mais-valia por parte das economias dependentes); por outro, que o capitalismo dependente, em função disso, se consolidou como um padrão de desenvolvimento “monstruoso”, isto é, um padrão que leva ao paroxismo as contradições do MPC. Nessa linha de raciocínio, a superação da dependência é impossível nos marcos desse modo de produção.

### **3. Contribuições e limites da teoria da dependência**

A partir das versões acima expostas, procuraremos avaliar o alcance da teoria da dependência do ponto de vista de sua interpretação do desenvolvimento capitalista na periferia. Consideramos que os teóricos da dependência fizeram duas importantes contribuições, do ponto de vista metodológico, aos estudos sobre desenvolvimento. Em primeiro lugar, destaca-se a concepção, explícita em Cardoso e Faletto e implícita em Marini, segundo a qual o desenvolvimento latino-americano deveria ser estudado *como um processo de desenvolvimento capitalista*. Em palavras dos autores:

“...ressaltamos a especificidade da instauração de um modo capitalista de produção em formações sociais que encontram na dependência seu traço histórico peculiar” (Cardoso e Faletto, 1969, p. 139).

“Isto [a conformação de um capitalismo *sui generis*] é verdade sobretudo quando nos referimos ao moderno capitalismo industrial latino-americano, tal como se conformou nas duas últimas décadas” (Marini, 1973, p. 14).

Portanto, um dos principais avanços obtidos pela teoria da dependência consistiu em mudar os termos do debate sobre desenvolvimento. Enquanto a tradição

da *development economics* insistia em tratar do desenvolvimento econômico *in abstracto*, os dependentistas põem o acento na natureza capitalista do desenvolvimento latino-americano. Por suposto, a referida mudança de perspectiva não se deveu exclusivamente à teoria da dependência, constituindo uma preocupação mais geral do pensamento crítico latino-americano. Mas é com essa teoria que ela obtém visibilidade, na medida em que o enfoque da dependência se afirma na esteira da crise do pensamento cepalino, que se mantivera extremamente ambíguo nessa questão.

Uma segunda contribuição dos dependentistas reside na ênfase que põem na *impossibilidade de se investigar o desenvolvimento capitalista na periferia à parte do sistema capitalista mundial*. A idéia de que o processo de desenvolvimento de uma economia periférica qualquer não poderia ser estudado isoladamente já havia sido enfatizada pela CEPAL, constituindo um efetivo divisor de águas em relação às representações convencionais do desenvolvimento. Os dependentistas incorporam a construção cepalina do “sistema centro-periferia” em sua interpretação, redefinindo-a em termos da constituição de um sistema capitalista único. Ao fazê-lo, trazem para o centro da discussão a idéia de que o desenvolvimento capitalista na periferia implica necessariamente contradições interestatais.

Os limites da teoria da dependência são produto, em grande medida, da forma como seus formuladores trabalham os dois aspectos acima. Conquanto assumam que o desenvolvimento latino-americano seja capitalista, fazem questão de mostrar que se trata de um padrão de desenvolvimento *específico*. Essa especificidade decorre do caráter dependente da inserção da América Latina na economia mundial.

Os problemas começam precisamente no tratamento conferido a essa especificidade. Com efeito, os dependentistas não aprofundaram o estudo do desenvolvimento latino-americano enquanto desenvolvimento capitalista; privilegiaram, antes, o qualificativo (“dependente”). Em outros termos, não se detiveram em analisar – a partir da constatação de que existe algo de comum entre esse desenvolvimento e o que teve lugar nas economias centrais, a saber, o fato de serem, ambos, processos de desenvolvimento *capitalista* – a natureza capitalista desse processo, que funciona, antes, como um pressuposto em suas análises.

Para fazê-lo, seria necessário transformar em objeto de investigação a questão da *formação e desenvolvimento do modo de produção capitalista* na América Latina. Isso implicaria examinar: (a) a gênese das relações capitalistas na região; (b) a forma específica que assumem essas relações; (c) a influência da inserção subordinada de

nossas economias sobre ambos os fenômenos; mais precisamente: mostrar como essa inserção foi decisiva não apenas para a instauração das relações capitalistas de produção, mas também para a especificidade delas *vis-à-vis* aquelas que caracterizaram o desenvolvimento capitalista originário. A tarefa, porém, não estaria completa enquanto não se investigasse a forma pela qual, uma vez estabelecidas, as relações de produção são capazes de redefinir a própria relação de dependência. O ponto de vista que defendemos é que, uma vez estabelecido, o modo capitalista de produção deve-se constituir no eixo da investigação sobre o desenvolvimento das formações sociais periféricas.

A opção metodológica dos dependentistas foi outra: colocaram o problema da inserção externa no centro de sua investigação, em detrimento de aspectos-chave do desenvolvimento do MPC, sem cujo exame o entendimento da própria inserção externa fica comprometido. Em outras palavras, preocuparam-se principalmente com a determinação “externa” (por certo, não negligenciável) do processo de desenvolvimento latino-americano. Vejamos como isso se deu.

Deve-se notar preliminarmente que parte dos dependentistas não associa o caráter capitalista do desenvolvimento latino-americano à questão da instauração das relações capitalistas de produção. Para esses autores, a mera vinculação das economias da região ao mercado mundial, no século XVI, é suficiente para definir a natureza capitalista da América Latina. No caso dos autores aqui tratados, a situação é diferente: tal natureza está associada, sim, à presença de relações capitalistas de produção, o que se dá em um momento histórico posterior. Assim, tanto Marini quanto Cardoso se referem ao papel da expansão capitalista *na disseminação das relações capitalistas de produção* para a América Latina, especialmente a partir de meados do século XIX. Pretendemos mostrar em seguida que, apesar disso, sua interpretação do desenvolvimento capitalista é insuficiente.

Começemos com Cardoso. Entre os dependentistas, este é o autor que mais se esforça por circunscrever o escopo das análises de dependência. Apesar disso, sua interpretação do desenvolvimento capitalista em condições de dependência – sobretudo de suas possibilidades – é problemática, ressentindo-se de uma análise do modo de produção.

Não basta dizer que se trata de uma questão de perspectiva – por exemplo, que a análise do desenvolvimento latino-americano pretende enfatizar “a natureza social e política desse processo” (Cardoso e Faletto, 1969, p. 7), sem um exame da relação

contraditória entre estas últimas dimensões e a estrutura econômica, que terminam colocadas numa relação de simples justaposição. O que desejamos sustentar é que, se a análise de Cardoso contivesse em seu âmago o desenvolvimento do modo de produção capitalista nos países latino-americanos, é bastante provável que sua visão acerca das condições e possibilidades do desenvolvimento nesses países teria sido mais matizada. Não, é certo, em termos de bloqueio desse processo, e sim, da acentuação do seu caráter contraditório.

Os temas recorrentes em Cardoso são a mudança nas formas de dependência e as implicações disso para o desenvolvimento capitalista nos países latino-americanos. Por sua vez, as formas históricas de dependência são explicadas a partir da dinâmica política prevalecente nesses países. Ora, sem a análise do modo de produção aí prevalecente, não é possível compreender a mudança nas formas de dependência; muito menos, afirmar a natureza capitalista do desenvolvimento latino-americano.

Que indicadores Cardoso utiliza para asseverar que na América Latina ocorre desenvolvimento capitalista? Vejamos:

“A composição das forças produtivas, a alocação dos fatores de produção, a distribuição da mão-de-obra, as relações de classe, estão se modificando no sentido de responder mais adequadamente a uma estrutura capitalista de produção” (1972b, p. 106).

Como se pode constatar, o único fator que se aproxima do conceito de relações sociais de produção são as “relações de classe”. Mas, com essa expressão, Cardoso não se refere necessariamente às relações contraditórias que se desenvolvem no âmbito da produção. Essa, a razão básica pela qual é difícil afirmar que o desenvolvimento do MPC constitua, de fato, o objeto de suas análises.

Pelo anterior, a avaliação feita por Cardoso de Mello acerca do ensaio de Cardoso e Faletto é correta apenas em parte. Se está certo ao reconhecer que “*Dependência e desenvolvimento* representa uma tentativa de constituir uma nova problemática, a problemática da ‘instauração de um modo de produção capitalista em formações sociais que encontram na dependência seu traço histórico peculiar’” (1982, p. 26), Cardoso de Mello exagera quando lê isto como significando “*a problemática da formação e do desenvolvimento do modo de produção capitalista na América Latina*” (*ibid.*). Como intenção, isso pode ser razoável. Basta, porém, uma leitura superficial do ensaio de Cardoso e Faletto para constatar que não se encontra nele quase nada nessa direção. Não é por acaso que o próprio Cardoso de Mello afirma

logo adiante:

“É de se admitir, no entanto, que a tentativa não pôde se completar porque para isto seria indispensável fazer a crítica da Economia Política da CEPAL pelas raízes (...) Teria sido preciso, enfim, que não se localizasse o equívoco do pensamento da CEPAL na abstração dos condicionantes sociais e políticos, internos e externos, do processo econômico, mas que se pensasse, até as últimas consequências, a História latino-americana *como formação e desenvolvimento de um certo capitalismo*” (pp. 26-7 – grifo nosso).

A falha teria residido essencialmente na reprodução, por parte de Cardoso e Faletto, dos critérios cepalinos de periodização histórica e das explicações da passagem de um período a outro (*ibid.*, p. 26). Há um quase consenso entre os analistas de que, ao fazê-lo, *Dependência e desenvolvimento* comprometeu a intenção dos autores de proceder à superação dialética da interpretação cepalina. Cardoso de Mello observa que, com efeito, “a perspectiva integradora perdeu-se, em boa parte, dando a impressão de que se passou, apenas, à introdução das classes sociais no corpo teórico cepalino” (*ibid.*, p. 27).

O problema com Marini é de outra natureza. A dependência aparece neste autor como fator determinante do desenvolvimento capitalista na América Latina. Mais precisamente, *é com base na relação de dependência que se explicam a constituição e a forma das relações de produção capitalistas* na região. Esse parece ser o sentido de sua afirmação segundo a qual as relações de produção aí existentes são “modificadas ou recriadas” no marco da relação de dependência (1973, p. 18). A delimitação temporal por ele efetuada só corrobora essa leitura, uma vez que é justamente em meados do século XIX que as relações capitalistas de produção se tornam dominantes nos países considerados.

No que toca ao processo de *constituição* dessas relações, Marini afirma: “Desenvolvendo sua economia mercantil em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado, e que determinavam seu caráter e sua expansão” (*ibid.*, p. 49). A implantação dessas relações, porém, se dá de forma gradativa, ocorrendo “inicialmente nos pontos de conexão imediata com o mercado mundial; só progressivamente, e ainda hoje de maneira desigual, o modo de produção capitalista irá subordinando o conjunto da economia” (*ibid.*, p. 49n).

Quanto à importância da dependência na determinação da *forma* que assumem as relações capitalistas de produção nos países latino-americanos, é suficiente notar

que toda a análise deste autor acerca da superexploração do trabalho pretende ser justamente uma ilustração disso. O vínculo entre os dois fenômenos (dependência e superexploração) é constituído pelo conceito de transferência de mais-valia das economias dependentes para as centrais.

Como se vê, estamos diante de uma situação claramente distinta da colocada por Cardoso. Aqui, o problema não é a ausência das relações de produção. Aliás, o mérito da análise de Marini decorre de sua preocupação em procurar ligar a discussão da dependência à questão das relações capitalistas de produção. Sem dúvida, essa forma de equacionamento do típico problema dos dependentistas (a relação externo/interno) é muito mais interessante do que a adotada por Cardoso (determinação das formas de dependência pela dinâmica política interna).

O problema da análise de Marini é a subordinação absoluta das relações sociais de produção ao fator dependência. Em sua interpretação, não se dá a devida ênfase à relação dialética existente entre esses dois aspectos, como seria de se esperar de uma análise efetivamente centrada no desenvolvimento do modo de produção capitalista. Se, como ressalta o autor, a inserção subordinada da América Latina está na origem da instauração das relações de produção capitalistas e, além disso, afeta a forma que estas assumem, tais relações, ao se consolidarem, influenciam decisivamente na forma da dependência e delimitam as possibilidades de sua superação. É este último aspecto que Marini não considera. A dependência assume o lugar de um princípio explicativo geral. Todas as peças do quebra-cabeças se encaixam a partir dela. Isso é válido sobretudo para a tese da superexploração do trabalho, nítida demonstração, segundo ele, da forma como a inserção subordinada dos países latino-americanos afetaria suas relações de produção.

### **Considerações finais**

Esse breve exame das posições de Cardoso e Marini mostra que, independentemente das ênfases de cada autor, há um problema comum a toda a perspectiva da dependência: *ao tomarem o capitalismo mundial como ponto de partida, os dependentistas subordinaram a análise do desenvolvimento do MPC na América Latina ao problema da inserção externa.* É verdade que os autores divergem quanto ao significado dessa inserção. Assim, por exemplo, Cardoso põe a dinâmica social no centro da discussão, tendo sempre no horizonte um ambiente externo



favorável ao desenvolvimento. Assim procedendo, pode deslocar o eixo da discussão para a questão das bases sociais capazes de assegurar que a inserção externa seja proveitosa para a economia dependente. Já em Marini, a conexão externa funciona ao contrário. Ela condiciona – em função dos mecanismos de transferência de valor que envolve – um padrão de desenvolvimento capitalista irracional, monstruoso etc.

Para além das especificidades dessas análises, entretanto, o que se pode constatar é que os dependentistas descuraram da dinâmica interna do capitalismo, ou seja, dos determinantes da acumulação de capital. Em Cardoso, o MPC funciona como simples marco estrutural para a questão que realmente lhe interessa: os processos históricos de constituição e dissolução das alianças de classes (cf. Mathias, 1983). A pretexto de evitar o economicismo, ele deixa de lado a investigação do desenvolvimento do MPC nos países latino-americanos, concentrando-se nos determinantes políticos da “situação de dependência” – como se esta pudesse ser investigada à parte daquele. Embora afirme que sua versão se preocupa com o aspecto interno, na verdade a preocupação dela é com a manifestação “interna” da dependência – não com o interno em termos das relações de produção vigentes nos referidos países.

Marini, por sua vez, procura estabelecer a conexão não apenas entre a vinculação histórica das economias latino-americanas ao mercado mundial e a constituição das relações capitalistas de produção, mas também entre a existência de laços de dependência e a forma que assume a exploração capitalista naquelas economias. A fragilidade de sua versão decorre do fato de ter subordinado a investigação do MPC nos países latino-americanos à relação de dependência. Assim procedendo, não enfatizou devidamente o desenvolvimento das contradições internas desse modo de produção, incluindo a forma como incide sobre a relação de dependência em que esses países se encontram inseridos.

Pensamos, portanto, que o problema básico dessas análises reside em terem elegido a inserção externa como eixo da investigação sobre o desenvolvimento do capitalismo na América Latina, em detrimento de determinações fundamentais do MPC em seu desenvolvimento na região. Incorporá-las, porém, significaria ultrapassar os limites da teoria da dependência. Metodologicamente, isso implicaria tomar como fio condutor da investigação o desenvolvimento das contradições internas do MPC, tratando a dependência como um dos elementos que influenciam a forma concreta em que se manifestam essas contradições.

## Referências

- BIELSCHOWSKY, R. (1998). “Evolución de las ideas de la CEPAL”. *Revista de la CEPAL*, número extraordinário, out.
- BLOMSTRÖM, M. e HETTNE, B. (1984). *La teoría del desarrollo en transición*. México, FCE, 1990.
- CARDOSO, F. H. (1971). “‘Teoria da dependência’ ou análises concretas de situações de dependência?” In: CARDOSO, F. H. (1972). *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 5.ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1993.
- \_\_\_\_\_. (1972). “A dependência revisitada”. In: CARDOSO, F. H. (1980). *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. 2.ed., Petrópolis, Vozes, 1995.
- \_\_\_\_\_. (1973). “As contradições do desenvolvimento associado”. In: CARDOSO, F. H. (1993). *A construção da democracia: estudos sobre política*. 3.ed., São Paulo, Siciliano, 1994.
- \_\_\_\_\_. (1977). “Originalidade da cópia: a CEPAL e a idéia de desenvolvimento”. In: CARDOSO, F. H. (1980). *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. 2.ed., Petrópolis, Vozes, 1995.
- \_\_\_\_\_. (1979). “O desenvolvimento na berlinda”. In: CARDOSO, F. H. (1980). *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. 2.ed., Petrópolis, Vozes, 1995.
- \_\_\_\_\_. e FALETTTO, E. (1969). *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 7.ed., Rio de Janeiro, Guanabara, s/d.
- \_\_\_\_\_. (1978). “Repensando Dependência e desenvolvimento na América Latina”. In: CARDOSO, F. H., SORJ, B. e FONT, M. (orgs.) (1985). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. (1982). *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 8.ed., São Paulo, Brasiliense, 1990.
- CASTAÑEDA, J. G. e HETT, E. (1978). *El economismo dependetista*. 5.ed., México, Siglo XXI, 1988.
- CHILCOTE, R. H. (1983). “Teorias reformistas e revolucionárias de desenvolvimento e subdesenvolvimento”. *Revista de economia política*, São Paulo,

- 3(3), jul.-set.
- FIORI, J. L. (1995). "A globalização e a novíssima dependência". In: FIORI, J. L. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro, Insight.
- GOLDENSTEIN, L. (1994). *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MANDEL, E. (1972). *O capitalismo tardio*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- MARINI, R. M. (1969). *Subdesarrollo y revolución*. 2.ed., México, Siglo XXI, 1970.
- \_\_\_\_ (1973). *Dialéctica de la dependencia*. México, Era.
- \_\_\_\_ (1977a). "La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo". *Cuadernos políticos*, México, n. 12, abr.-jun.
- \_\_\_\_ (1977b). "Estado y crisis en Brasil". *Cuadernos políticos*, México, n. 13, jul.-set.
- \_\_\_\_ (1978). "Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra)". *Revista mexicana de sociología*, vol. XL, nº extraordinário.
- \_\_\_\_ (1992). *América Latina: dependência e integração*. São Paulo, Brasil Urgente.
- MARX, K. (1959). "Prefácio". In: MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- MATHIAS, G. (1983). "Das teorias do Estado e da nação à definição de uma problemática. O debate latino-americano como ilustração". In: MATHIAS, G. e SALAMA, P. *O Estado superdesenvolvido* (ensaios sobre a intervenção estatal e sobre as formas de dominação no capitalismo contemporâneo). São Paulo, Brasiliense.
- OURIQUES, N. D. (1995). *La teoría marxista de la dependencia: una historia crítica*. Tese de doutorado. Facultad de Economía, UNAM.
- PALMA, G. (1981). "Dependencia y desarrollo: una visión crítica". In: SEERS, D. (comp.). *La teoría de la dependencia: una revaluación crítica*. México, FCE, 1987.
- RODRÍGUEZ O. (1980). *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1981.
- ROSTOW, W. W. (1959). *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*. 6.ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- SANTOS, T. dos (1968). "A crise da teoria do desenvolvimento e as relações de dependência na América Latina". In: JAGUARIBE, H. et al. (1976). *A dependência político-econômica da América Latina*. São Paulo, Loyola.
- \_\_\_\_ (1998). "La teoría de la dependencia: un balance histórico y teórico". In:

- SEGRERA, F. L. (ed.). *Los retos de la globalización: ensayos en homenaje a Theotonio dos Santos*. Caracas, Unesco, tomo I.
- SERRA, J. e CARDOSO, F. H. (1980). “As desventuras da dialética da dependência”. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 23. (Publicado originalmente em *Revista mexicana de sociología*, vol. XL, nº extraordinário, 1978.)
- ZERMEÑO, S. (1979). *Imperialismo y desarrollo capitalista tardío* (una crítica al concepto de dependencia). México, UNAM.